

PROPOSTA PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCADA NOS TERMOS DO ART. 123, § ÚNICO, “c”, DA LEI Nº 6.404/76
A REALIZAR-SE NO DIA 29 DE ABRIL DE 2014

(i) Aumento do Capital Social da Companhia

A fim de cumprir com as disposições da Instrução CVM 481/09, a proposta de aumento do capital social fundamenta-se nas informações constantes no Anexo I à presente proposta, que corresponde ao Anexo 14 da referida Instrução.

(ii) Redução da Remuneração dos Conselheiros

A justificativa e a proposta do acionista relativas à redução da remuneração dos conselheiros possuem como fundamento o disposto no Anexo II à presente proposta, que contém, além da justificativa da redução da remuneração, as informações constantes do item 13 do formulário de referência da Companhia, conforme disposto no art. 12 da Instrução CVM 481/09 (ressalve-se que as informações constantes da presente proposta relativas ao item 13 do formulário de referência baseiam-se nas informações dispostas na proposta da administração para a AGO/AGE da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2014, a qual foi aprovada em reunião do conselho de administração realizada em 28 de março de 2014).

Informações adicionais sobre o aumento de capital e a remuneração dos administradores encontram-se disponíveis nos documentos anexos à presente proposta, no site da Companhia (www.taurus.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da BM&FBovespa (www.bmfbovespa.com.br), em conformidade com os artigos 12 e 14 da Instrução CVM 481/09.

Por fim, esclarece-se que esta proposta, bem como o edital de convocação da referida assembleia, encontram-se disponíveis nos sites da Companhia (www.taurus.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa (www.bmfbovespa.com.br). Adicionalmente, os documentos relacionados a esta proposta, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

ANEXO I

AUMENTO DE CAPITAL

ANEXO 14 À INSTRUÇÃO CVM 481/09

1. Informar valor do aumento e do novo capital social

O valor do aumento do capital social deverá ser de até R\$ 200.906.000,04 (duzentos milhões, novecentos e seis mil reais e quatro centavos), mediante a emissão de até 48.528.020 (quarenta e oito milhões, quinhentas e vinte e oito mil e vinte) ações ordinárias e 97.056.038 (noventa e sete milhões, cinquenta e seis mil e trinta e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,38 (um real e trinta e oito centavos).

Caso o valor integral do capital social seja subscrito e integralizado pelos acionistas, o valor do novo capital social após o aumento será aumentado de R\$257.797.469,79 (duzentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e nove centavos) para R\$458.703.469,83 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, setecentos e três mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e oitenta e três centavos), a ser dividido em 95.665.559 (noventa e cinco milhões, seiscentas e sessenta e cinco mil, quinhentas e cinquenta e nove) ações ordinárias e 191.331.116 (cento e noventa e um milhões, trezentas e trinta e uma mil, cento e dezesseis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

O aumento de capital será realizado mediante a subscrição de novas ações.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

O valor do resultado líquido da Companhia apurado no exercício findo em 2013, mesmo se desconsideradas as operações descontinuadas, foi muito aquém do resultado esperado pelo

mercado e distante do potencial da Companhia (o prejuízo consolidado no exercício de 2013 corresponde ao valor de R\$80.310.000,00).

Além do mais, o valor da dívida bruta da Companhia referente ao exercício findo em 2013 corresponde ao montante de R\$819.200.000,00 (oitocentos e dezenove milhões e duzentos mil reais), e está fortemente concentrada em financiamentos de curto prazo. O endividamento de curto prazo da Companhia referente ao exercício findo em 2013 correspondeu ao valor de R\$388.500.000,00 (trezentos e oitenta e oito milhões e quinhentos mil reais) contra o montante de R\$322.600.000,00 (trezentos e vinte e dois milhões e seiscentos mil reais), apurado no exercício findo em 2012. A relação de Endividamento Líquido/EBITDA Ajustado da Companhia no exercício findo em 2013 foi de 5,38 (cinco vírgula trinta e oito), índice muito superior às metas originais estipuladas pela Companhia.

Não obstante esses dados econômico-financeiros prejudicados, em razão da reapresentação das suas demonstrações financeiras, os índices financeiros da Companhia foram alterados, resultando no descumprimento de diversos covenants assumidos pela Companhia em contratos de financiamento anteriormente celebrados. Esse descumprimento gerou a alteração automática da qualificação desses empréstimos de longo para curto prazo (passivo circulante). Consequentemente, o endividamento de curto prazo da Companhia subiu em 20% (vinte por cento) quando comparado ao endividamento de curto prazo ao término do exercício findo em 2012.

Em vista do exposto, a utilização de recursos próprios para financiar as atividades da Companhia parece a medida mais adequada a ser tomada sob uma perspectiva econômica, de modo a facilitar a reestruturação da dívida e a implementação de investimentos. Desse modo, o aumento de capital será realizado com o objetivo de reforçar a estrutura de capital da Companhia, com um nível de endividamento reduzido.

Frise-se também que o aumento mínimo proposto, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), tal como descrito no item 5, alínea “r” abaixo, caso venha a ser subscrito e homologado, apesar de não atingir o mesmo efeito que um aumento de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões), configura-se como um mínimo capaz de facilitar a reestruturação da dívida da Companhia, especialmente a de curto prazo e reforçar a sua estrutura de capital.

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

Apesar de a proposta de aumento de capital ter sido formulada diretamente por acionista, representante de 16,05% (dezesseis vírgula zero cinco por cento) do capital social, o conselho fiscal se reuniu no dia 24 de abril de 2014 e, por maioria de votos, definiu o seguinte: “este Conselho Fiscal, à luz da legislação societária, bem como instruções normativas do órgão regulador (CVM), levando, ainda, em conta o princípio de preservação da Companhia, em face de sua responsabilidade social, considera presentes e disponibilizadas todas as informações necessárias para que a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS, convocada pelo Sr. Luis Fernando Costa Estima, detentor de mais de 5% do total de seu capital social, possa realizar-se, apreciar e deliberar sobre o aumento de capital proposto pelo mesmo”. O respectivo relatório do conselho fiscal está disponível para consulta na sede da Companhia e nas páginas da Companhia, da BM&FBovespa e da Comissão de Valores Mobiliários na rede mundial de computadores.

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

a. Descrever a destinação dos recursos

Os recursos serão destinados integralmente para o capital social da Companhia e serão utilizados para reestruturação da dívida da Companhia.

b. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

Será obedecida a proporção entre ações preferenciais e ações ordinárias da Companhia, devendo ser emitidas até 48.528.020 (quarenta e oito milhões, quinhentas e vinte e oito mil e vinte) ações ordinárias e 97.056.038 (noventa e sete milhões, cinquenta e seis mil e trinta e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

c. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

As ações emitidas no âmbito do aumento farão jus a todos os dividendos, juros sobre o capital próprio, bonificações e eventuais remunerações de capital que vierem a ser declarados pela Companhia após a homologação do aumento de capital pela Companhia, bem como a todos os direitos e vantagens atualmente atribuídos às ações ordinárias ou preferenciais nos termos do estatuto social da Companhia e na

legislação aplicável, conforme o caso.

d. Informar se a subscrição será pública ou particular

O aumento de capital será realizado mediante subscrição particular.

e. Em se tratando de subscrição particular, informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos

As novas ações emitidas no âmbito do aumento de capital poderão ser subscritas integralmente pelos atuais acionistas da Companhia, sendo que será permitido que esses concorram a eventuais sobras. Até o momento da elaboração da presente proposta, não é possível antecipar quais acionistas da Companhia exercerão seus respectivos direitos de preferência e subscreverão novas ações e nem a quantidade de ações que serão subscritas por tais acionistas.

f. Informar o preço de emissão das novas ações ou as razões pelas quais sua fixação deve ser delegada ao conselho de administração, nos casos de distribuição pública

O preço unitário das ações emitidas no aumento, nos termos do art. 170, §1º, III, da Lei nº 6.404/76, deverá ser de R\$1,38 (um real e trinta e oito centavos), que é o valor de fechamento da cotação das ações preferenciais na BM&FBovespa no dia 9 de abril de 2014, que são as ações que possuem a maior liquidez. Tendo em vista que as ações ordinárias da Companhia não possuem volume de negociação relevante em bolsa de valores, sua cotação foi desconsiderada para fins da determinação do preço de subscrição das ações ordinárias a serem emitidas no aumento de capital, de modo que tanto as ações ordinárias quanto as preferenciais possuirão um único preço de emissão. Desta forma, atendeu-se às recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 05/79 que aprecia longamente a matéria e que dispõe que só é admissível atribuir preços distintos às ações ordinárias e preferenciais quando, cumulativamente, estiverem presentes duas condições quais sejam, (i) as ações preferenciais e ordinárias possuírem cotações significativamente díspares e (ii) ambas as espécies de ações possuírem alta liquidez.

O preço de emissão proposto de R\$1,38 (um real e trinta e oito centavos) também reflete um deságio de 9,62% (nove vírgula sessenta e dois por cento) em relação à média ponderada, pelo volume de negociação, das cotações das ações preferenciais e ordinárias combinadas da Companhia nos últimos 30 (trinta) pregões (de 26 de fevereiro a 10 de abril de 2014) e tem por objetivo estimular a participação da maior quantidade possível de acionistas da Companhia a seguir o aumento de capital.

g. Informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada à reserva de capital

Não será destinada nenhuma parcela do preço de emissão à reserva de capital, sendo que a integralidade do preço de emissão será destinada à conta do capital social.

h. Fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento

A recomendação da proposta de aumento de capital foi rejeitada pelo conselho de administração, por maioria de votos (4 votos contrários e 3 votos favoráveis), em reunião realizada em 10 de abril de 2014.

O acionista Luis Fernando Costa Estima, representante de 16,05% (dezesseis vírgula zero cinco por cento) do capital social acredita que o aumento de capital, se aprovado pelos acionistas da Companhia, representa o mais barato e eficiente instrumento para o saneamento financeiro do Companhia. O aumento de capital é benéfico para o reforço da estrutura de capital da Companhia, de modo a reduzir o endividamento e incentivar o desenvolvimento, aplicação e manutenção dos negócios sociais. Portanto, tendo em vista os seus objetivos, os efeitos globais do aumento são positivos para todos os acionistas da Companhia, incluindo os acionistas que decidirem não exercer seus respectivos direitos de subscrição, proporcionalmente ao aumento proposto.

i. Informar o critério de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha

O preço de emissão proposto, nos termos do art. 170, §1º, III, da Lei nº 6.404/76, deverá ser de R\$1,38 (um real e trinta e oito centavos) e reflète o critério de valor de cotação das ações preferenciais da Companhia na BM&FBovespa no dia 9 de abril de 2014, que são as ações que possuem a maior liquidez.

Tendo em vista que as ações ordinárias da Companhia não possuem volume de negociação relevante em bolsa de valores, sua cotação foi desconsiderada para fins da determinação do preço de subscrição das ações ordinárias a serem emitidas no aumento de capital, de modo que tanto as ações ordinárias quanto as preferenciais possuirão um único preço de emissão. Desta forma, atendeu-se às recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 05/79 que aprecia a matéria.

Ressalve-se, também, que (i) a média ponderada, pelo volume de negociação, das cotações das ações preferenciais da Companhia nos últimos 30 (trinta) pregões (de 26 de fevereiro a 10 de abril de 2014) foi de R\$1,512 (um real vírgula cinco um dois centavos); (ii) a média ponderada, pelo volume de negociação, das cotações das ações ordinárias da Companhia nos últimos 30 (trinta) pregões (de 26 de fevereiro a 10 de abril de 2014) foi de R\$2,023 (dois reais vírgula zero dois três centavos); e (iii) a média ponderada, pelo volume de negociação, das cotações das ações preferenciais e ordinárias combinadas da Companhia nos últimos 30 (trinta) pregões (de 26 de fevereiro a 10 de abril de 2014) foi de R\$1,527 (um real vírgula cinco dois sete centavos). Esse fato demonstra claramente o baixo volume de negociação das ações ordinárias da Companhia.

O preço de emissão proposto de R\$1,38 (um real e trinta e oito centavos) também reflète um deságio de 9,62% (nove vírgula sessenta e dois por cento) em relação à média ponderada, pelo volume de negociação, das cotações das ações preferenciais e ordinárias combinadas da Companhia nos últimos 30 (trinta) pregões (de 26 de fevereiro a 10 de abril de 2014). Ao adotar esse deságio, será incentivado que a maior parte possível dos atuais acionistas subscrevam ações do aumento e apliquem recursos diretamente na Companhia.

Foi verificado também, conforme divulgado no relatório da administração de 2013, que o preço de emissão proposto é superior ao valor patrimonial da ação de R\$1,03 (um real e três centavos), que seria equivalente a R\$1,13 (um real e treze centavos), se fossem desconsideradas as ações em tesouraria.

j. Caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado

O preço de emissão de R\$1,38 (um real e trinta e oito centavos) por ação reflete o valor da cotação das ações preferenciais da Companhia no dia 9 de abril de 2014. Este valor, em comparação à média da cotação das ações ordinárias e preferenciais nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores (de 26 de fevereiro a 10 de abril de 2014), considera um deságio de (i) 31,78% (trinta e um vírgula setenta e oito por cento) para as ações ordinárias; e (ii) 8,73% (oito vírgula setenta e três por cento) para as ações preferenciais. Frise-se, contudo, que, considerando o maior volume de negociação das ações preferenciais e a pouca liquidez das ações ordinárias, o valor proposto reflete um deságio de 9,62% (nove vírgula sessenta e dois por cento) em relação à média ponderada, pelo volume de negociação, das cotações das ações preferenciais e ordinárias combinadas da Companhia nos últimos 30 (trinta) pregões (de 26 de fevereiro a 10 de abril de 2014).

Além disso, considerando que o aumento será realizado mediante subscrição particular, apesar do preço de emissão proposto ser superior ao valor patrimonial da ação de R\$1,03 (um real e três centavos), o deságio em relação à média das cotações das ações é justificado como incentivo à participação de todos os acionistas.

Ademais, o valor da ação preferencial constante da cotação de 9 de abril de 2014 deve ser entendido como o maior valor possível ainda capaz de estimular a adesão de acionistas, tendo em vista a recente queda progressiva das cotações das ações da Companhia (segundo dados disponibilizados no site da BM&FBovespa, a média do preço das ações preferenciais negociadas nesse ambiente foi de (i) R\$2,06 (dois reais e seis centavos) em janeiro; (ii) R\$1,75 (um real e setenta e cinco centavos) em fevereiro; e (iii) R\$1,52 (um real e cinquenta e dois centavos) em março de 2014, tendo fechado o pregão de 9 de abril de 2014 cotada no valor de R\$1,38 (um real e trinta e oito centavos).

k. Fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão

O valor da cotação das ações é fundado nos dados divulgados ao mercado pela BM&FBovespa. Não foi elaborado nenhum laudo ou estudo para fixação do preço de emissão.

l. Informar a cotação de cada uma das espécies e classes de ações da companhia nos mercados em que são negociadas, identificando:

i. Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos

	Itens	Ordinárias	Preferenciais
2014 até 08.04.2014	<i>Mínimo</i>	1,87	1,41
	<i>Médio</i>	2,19	1,80
	<i>Máximo</i>	2,54	2,25
2013	<i>Mínimo</i>	2,50	1,98
	<i>Médio</i>	2,91	2,47
	<i>Máximo</i>	3,40	3,13
2012	<i>Mínimo</i>	1,53	1,43
	<i>Médio</i>	2,44	2,37
	<i>Máximo</i>	3,28	3,31
2011	<i>Mínimo</i>	1,36	1,36
	<i>Médio</i>	2,13	2,14
	<i>Máximo</i>	3,61	2,84
2010	<i>Mínimo</i>	3,02	2,52
	<i>Médio</i>	3,42	2,91
	<i>Máximo</i>	4,05	3,49

ii. Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos

	Itens	Ordinárias	Preferenciais
2014 - 1T14	<i>Mínimo</i>	1,87	1,41
	<i>Médio</i>	2,22	1,83
	<i>Máximo</i>	2,54	2,25
2013 - 4T13	<i>Mínimo</i>	2,50	1,98
	<i>Médio</i>	2,80	2,17
	<i>Máximo</i>	2,99	2,44
2013 - 3T13	<i>Mínimo</i>	2,94	2,07
	<i>Médio</i>	3,06	2,26
	<i>Máximo</i>	3,34	2,50
2013 - 2T13	<i>Mínimo</i>	2,68	2,20
	<i>Médio</i>	2,92	2,62
	<i>Máximo</i>	3,40	3,00
2013 - 1T13	<i>Mínimo</i>	2,65	2,59
	<i>Médio</i>	2,86	2,87
	<i>Máximo</i>	3,10	3,13
2012 - 4T12	<i>Mínimo</i>	2,61	2,69
	<i>Médio</i>	2,93	3,03
	<i>Máximo</i>	3,28	3,31

2012 - 3T12	<i>Mínimo</i>	2,32	2,23
	<i>Médio</i>	2,59	2,59
	<i>Máximo</i>	2,75	2,81
2012 - 2T12	<i>Mínimo</i>	1,92	1,72
	<i>Médio</i>	2,20	2,04
	<i>Máximo</i>	2,54	2,33
2012 - 1T12	<i>Mínimo</i>	1,53	1,43
	<i>Médio</i>	2,04	1,83
	<i>Máximo</i>	2,49	2,15

iii. Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses

	<i>Itens</i>	<i>Ordinárias</i>	<i>Preferenciais</i>
2014 - Março	<i>Mínimo</i>	1,87	1,41
	<i>Médio</i>	2,02	1,59
	<i>Máximo</i>	2,18	1,75
2014 - Fevereiro	<i>Mínimo</i>	2,07	1,66
	<i>Médio</i>	2,17	1,75
	<i>Máximo</i>	2,40	1,82
2014 - Janeiro	<i>Mínimo</i>	2,38	1,94
	<i>Médio</i>	2,47	2,11
	<i>Máximo</i>	2,54	2,25
2013 - Dezembro	<i>Mínimo</i>	2,50	2,12
	<i>Médio</i>	2,65	2,22
	<i>Máximo</i>	2,77	2,28
2013 - Novembro	<i>Mínimo</i>	2,60	2,07
	<i>Médio</i>	2,77	2,23
	<i>Máximo</i>	2,94	2,44
2013 - Outubro	<i>Mínimo</i>	2,78	1,98
	<i>Médio</i>	2,93	2,08
	<i>Máximo</i>	2,99	2,20

iv. Cotação média nos últimos 90 dias

	<i>Itens</i>	<i>Ordinárias</i>	<i>Preferenciais</i>
2014 - 08/01/2014 a 08/04/2014	<i>Mínimo</i>	1,87	1,41
	<i>Médio</i>	2,16	1,77
	<i>Máximo</i>	2,51	2,25

m. Informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos

Nos últimos 3 (três) anos, foi realizado apenas 1 (um) aumento de capital, aprovado pela assembleia geral da Companhia no dia 29 de abril de 2011, no valor de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), mediante a emissão de 4.274.472 (quatro milhões, duzentas e setenta e quatro mil, quatrocentas e setenta e duas) ações ordinárias e 8.548.944 (oito milhões, quinhentas e quarenta e oito mil,

novecentas e quarenta e quatro) ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, mediante capitalização de reservas provenientes da conta Reserva para Investimentos, com preço de emissão de R\$1,40 (um real e quarenta centavos) por cada ação.

n. Apresentar percentual de diluição potencial resultante da emissão

Como os acionistas serão titulares de direito de preferência na subscrição das novas ações ordinárias e preferenciais, caso exerçam a integralidade de seus respectivos direitos de preferência, não haverá diluição dos acionistas.

Entretanto, na eventualidade do acionista não exercer seu direito de preferência na subscrição das novas ações preferenciais e ordinárias e o aumento de capital for integralmente subscrito, o percentual de diluição decorrente do aumento de capital está descrito na tabela abaixo:

	<i>Nº de Ações Atual</i>	<i>Novo Nº de Ações</i>	<i>Diluição (%)</i>
<i>Ações Ordinárias</i>	<i>47.137.539</i>	<i>95.665.559</i>	<i>50,72%</i>
<i>Ações Preferenciais</i>	<i>94.275.078</i>	<i>191.331.116</i>	<i>50,72%</i>
<i>Total</i>	<i>141.412.617</i>	<i>286.996.675</i>	<i>50,72%</i>

o. Informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas

Observados os procedimentos estabelecidos pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, e da BM&FBovespa, os acionistas titulares de ações escrituradas no Banco Itaú S.A. deverão dirigir-se a qualquer agência especializada do Banco Itaú S.A., para subscrição das novas ações mediante assinatura do boletim de subscrição, com integralização à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, mediante o pagamento do preço de emissão.

p. Informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito

Tão logo o aumento de capital seja aprovado, a Companhia publicará aviso aos acionistas comunicando os acionistas e o mercado sobre a referida deliberação. As ações adquiridas dentro de até 15 (quinze) dias úteis após a data de publicação desse aviso aos acionistas farão jus ao exercício do direito de preferência pelo acionista adquirente. Observados os procedimentos estabelecidos pelo agente escriturador e pela BM&FBovespa, os acionistas terão um prazo de 30 (trinta) dias contados da data do término do prazo de 15 (quinze) dias úteis mencionado acima (a data específica será informada no respectivo aviso aos acionistas) para exercerem o respectivo direito de preferência para subscrição das novas ações emitidas, de acordo com as respectivas proporções detidas em cada classe de ações representativas do capital social da Companhia na data em que as ações passarem a ser negociadas ex direitos de subscrição e preferência.

O direito de preferência poderá ser livremente cedido, nos termos do art. 171, §6º, da Lei nº 6.404/76.

O direito de preferência deverá ser exercido pelos acionistas titulares de ações escrituradas no Banco Itaú S.A. deverão dirigir-se a qualquer agência especializada do Banco Itaú S.A., para subscrição das novas ações mediante assinatura do boletim de subscrição e pagamento do preço correspondente.

Os acionistas deverão observar os prazos constantes dos avisos aos acionistas a serem publicados pela Companhia.

q. Informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras

Após o término do prazo para o exercício do direito de preferência referido no item (p) acima, os acionistas da Companhia, na proporção dos valores subscritos no âmbito do exercício do direito de preferência, terão o direito de adquirir as sobras das ações não subscritas, desde que tenham solicitado, no boletim de subscrição, a reserva de ações.

Nesse sentido, serão realizadas 2 (duas) rodadas de rateio das sobras das ações não subscritas, e os acionistas que tiverem interesse em participar deverão, além de

solicitar a reserva de ações, informar nos respectivos boletins de subscrição, o número máximo de ações que desejam adquirir nos rateios.

O primeiro prazo para subscrição das sobras das ações não subscritas será de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação do aviso aos acionistas informando sobre a apuração das sobras, devendo-se ser observada a proporção das ações subscritas pelos acionistas no âmbito do exercício do direito de preferência.

Caso remanesçam sobras após a primeira rodada de rateio das sobras mencionada acima, os acionistas que tiverem manifestado interesse em subscrever as novas sobras no boletim de subscrição assinado no âmbito do primeiro rateio das sobras poderão subscrevê-las dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis seguintes à publicação do aviso aos acionistas sobre o anúncio da apuração das novas sobras, observada a proporção das ações subscritas por cada acionista e a informação fornecida concernente ao número máximo de ações a serem subscritas.

As sobras das ações não subscritas após o encerramento da segunda rodada de rateio serão canceladas.

r. Descrever pormenorizadamente os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital

Deverá ser permitida a subscrição parcial do aumento desde que sejam subscritas ações que perfaçam o limite mínimo total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Na hipótese de haver sobras de ações não subscritas e a Companhia decidir pela homologação parcial do aumento de capital, os subscritores de ações emitidas no âmbito deste aumento de capital terão o direito de rever sua decisão em relação à subscrição de ações.

s. Caso o preço de emissão das ações seja, total ou parcialmente, realizado em bens

Esse item não aplicável, tendo em vista que o preço de emissão das ações será realizado em moeda corrente nacional.

i. Apresentar descrição completa dos bens

Não aplicável.

ii. Esclarecer qual a relação entre os bens incorporados ao patrimônio da companhia e o seu objeto social

Não aplicável.

iii. Fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível

Não aplicável.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas

Não aplicável.

b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

Não aplicável.

c. Em caso de distribuição de novas ações

i. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

Não aplicável.

ii. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações

Não aplicável.

iii.Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Não aplicável.

iv.Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995

Não aplicável.

v.Informar o tratamento das frações, se for o caso

Não aplicável.

d. Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976

Não aplicável.

e. Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível

Não aplicável.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição

a. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Não aplicável.

ANEXO II

REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

JUSTIFICATIVA E PROPOSTA DA REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Segundo o relatório da administração e as demonstrações financeiras padronizadas divulgadas pela Companhia no último dia 30 de março de 2014, a Companhia apresentou, no exercício findo em 2013, um prejuízo no valor de R\$80.310.000,00 (oitenta milhões, trezentos e dez mil reais) e dívida bruta no montante de R\$819.200.000,00 (oitocentos e dezenove milhões e duzentos mil reais).

Houve um crescimento de 20% (vinte por cento) do endividamento de curto prazo da Companhia, quando comparado ao valor do endividamento ao término do exercício de 2012 e, adicionalmente, ao final do exercício de 2013, a relação de Endividamento Líquido/EBITDA Ajustado da Companhia foi de 5,38 (cinco vírgula trinta e oito), índice muito superior às metas originais estipulados pela Companhia.

Neste contexto, manter a remuneração dos membros do conselho de administração nos níveis atualmente adotados (R\$25.000,00 mensais para cada conselheiro e R\$150.000,00 mensais para o presidente do conselho) é incoerente e uma péssima sinalização aos acionistas.

Dessa forma, o acionista propõe a redução da remuneração de cada um dos membros do conselho de administração, inclusive do seu presidente, para o montante de R\$5.000,00 (cinco mil reais) mensais.

Essa proposta, caso aceita pela assembleia geral, resultará na diminuição do valor da remuneração global anual dos membros do conselho de administração, de R\$4.320.000,00 (quatro milhões, trezentos e vinte mil reais) para R\$504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais), representando uma economia anual de R\$3.816.000,00 (três milhões, oitocentos e dezesseis mil reais) para a Companhia. Já estão inseridos nesses valores os recolhimentos, efetuados pela Companhia, de 20% (vinte por cento) a título de INSS.

**INFORMAÇÕES CONSTANTES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA
FORJAS TAURUS
(ADAPTADA E RETIRADA DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DA PROPOSTA DA
ADMINISTRAÇÃO PARA A AGO/AGE DA COMPANHIA A SER REALIZADA EM 30 DE
ABRIL DE 2014)**

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração atribuída tem por escopo o reconhecimento e a retribuição aos administradores da Companhia, considerando o impacto do cargo exercido, a responsabilidade decorrente, a capacitação profissional, a competência e a reputação do dirigente, em consonância com o porte da organização e a correspondente prática de mercado.

Em Reunião de Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2013, foi aprovada uma nova Política de Remuneração para gestores para as empresas Taurus no Brasil, cujo nome ficou como PPT – Plano de Participação TAURUS 2013, que engloba a seguinte população de elegíveis:

- Diretoria Estatutária
- Diretoria Executiva
- Gerentes
- Coordenadores e
- Supervisores

b) composição da remuneração, inclusive:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia observa o processo previsto no Estatuto Social, sendo o montante global proposto pelo Conselho de Administração,

cuja proposta é encaminhada para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril, valendo para o ano em curso, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios e a metodologia para a sua distribuição entre os administradores.

O cálculo considera um estabelecimento de pró-labore que engloba honorários mensais do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, correspondentes a 12 meses por ano e outras eventuais verbas, mais a remuneração variável, benefícios e encargos do ponto de vista de ônus para o empregador. O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os objetivos da política de remuneração estão atrelados às práticas e salários de mercado no que tange ao pró-labore e quanto à remuneração variável a um sistema de incentivo fundamentado em desempenho da Companhia como um todo, influenciado pelo desempenho individual.

A participação nos resultados é prevista no Estatuto Social como “Participação Estatutária”, conforme prevê o art. 37 do Estatuto Social da Companhia, cuja nova redação aprovada em Reunião do Conselho de Administração do dia 28 de março de 2014 é integralmente descrita abaixo:

“Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.”

A remuneração da Administração, incluindo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, varia de acordo com o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas a posição do cargo ocupado na Companhia e é composta de 12 parcelas dentro do exercício fiscal. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Remuneração Variável Anual: valor recebido anualmente pelo profissional, de acordo com o resultado obtido das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração. A remuneração variável da Diretoria Estatutária não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual, conforme previsto no Art. 37 do Estatuto Social da Companhia.

Participação Estatutária: até 10% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme apurado em balanço e

Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos ao profissional, de acordo com a posição ocupada na Companhia. Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado, sendo que a seus Diretores são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, Plano de Previdência Privada Complementar (TAURUSPREV), nos termos do regulamento do plano.

Conselho de Administração

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa remunerá-los de acordo as práticas de mercado. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Conselho Fiscal

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, o qual visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente.

Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os participantes que são membros do Conselho de Administração ou da Companhia não são remunerados. Os especialistas externos são contratados mediante contrato de prestação de serviços quando aplicável, não havendo atualmente, nenhum especialista contratado para compor os comitês.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para fins de cálculo da proporção de cada elemento, foram considerados os valores de pró-labore, mais remuneração variável, mais benefícios. Foram considerados os encargos do Emissor (os 20% do INSS) neste cálculo, apesar de mostrados de forma segregada nas tabelas do Item 13.2. do FRE – Formulário de Referência. Tendo sido revistos os cálculos para os exercícios de 2012, 2013 e previsto 2014.

Forjas Taurus Realizado 2012

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	85,4%	0%	8,9%	100%

Forjas Taurus Realizado 2013

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	90,1%	6,4%	3,5%	100%

Forjas Taurus Previsto 2014

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	52,9%	44,1%	2,9%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

2014

A metodologia de cálculo e reajuste leva em conta a evolução do INPC e do índice de reajuste coletivo anual de salários dos funcionários da Companhia. O reajuste da remuneração dos Administradores também leva em conta a evolução dos índices de inflação, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado (Percentil 50), podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

Em RCA do dia 28 de março de 2014 ainda foi deliberado que as metas dos gestores para o PPT serão o cumprimento do EBITDA e Caixa Operacional. Há uma regra condicionante de que só haverá pagamento de participação nos resultados se a Companhia atingir, pelo

menos, 80% das Metas dispostas anteriormente, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício de 2014.

Para acompanhamento do cálculo de participação, foi criada uma tabela para a macro meta e para as metas individuais, para a Diretoria Estatutária, conforme segue abaixo:

- Atingiu 100% = 10 salários, sendo 8 pelo EBITDA e 2 pelo CO
- Acima de 80% até 99,99%= aplica-se o percentual de atingimento x 8 salários (EBITDA) + o percentual de atingimento x 2 salários (CO)
- Abaixo de 80% = ZERO

Se o EBITDA ultrapassar o orçado, o percentual de aumento será dividido por 2 e acrescentado à participação normal. Ex: se o EBITDA ultrapassar em 20% o orçado, será acrescido 10% no valor final do pagamento do gestor.

2013

A metodologia de cálculo e reajuste leva em conta a evolução do INPC e do índice de reajuste coletivo anual de salários dos funcionários da Companhia. O reajuste da remuneração dos Administradores também leva em conta a evolução dos índices de inflação, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado (Percentil 50), podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas e calculado a premiação individual.

Com a introdução do PPT – Plano de Participação TAURUS 2013, foram definidos pelo Conselho de Administração as macro metas em Reunião do Conselho de Administração de 14 de março de 2013, onde o condicionante básico é o atingimento do lucro líquido do exercício, para depois serem analisadas as metas individuais. Além disto, para cada diretor elegível foram criadas 3 metas que servirão de base para pontuação e avaliação no cálculo da remuneração variável (bônus). Há uma regra condicionante de que só haverá pagamento de participação nos resultados se a Companhia atingir, pelo menos, 60% da Meta de Lucro Líquido do Exercício, já estabelecida para 2013, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício de 2013. Para acompanhamento do cálculo de participação, foi criada uma tabela para a macro meta e para as metas individuais, para a Diretoria Estatutária, conforme segue abaixo:

Fase I: Lucro Líquido do Exercício consolidado de Forjas Taurus S.A. - LLE

- LLE atingiu 100% = 4 salários
- LLE atingiu entre 80% a 99,99% = 2 salários
- LLE atingiu entre 60% a 79,99% = 1 salário
- LLE atingiu abaixo de 60% = Zero (neste caso, não há qualquer distribuição. Não passa para o cálculo das metas).

Fase II: Salários adicionais em relação às 3 metas individuais, quando o LLE ultrapassar 60% da meta

- 1 meta atingida = 1 salário
- 2 metas atingidas = 3 salários
- 3 metas atingidas = 6 salários
- 40% dos salários adicionais em relação às 3 metas poderão ser pagos por meio de um Plano de Opções de Ações, conforme regulamentação e aprovação que venha a ocorrer posteriormente.

Regra de superação: se o LLE - Lucro Líquido do Exercício ficar acima de 100% do orçado, o percentual de aumento será dividido por dois e acrescido à participação normal, respeitando em todos os casos, o limite legal previsto no Estatuto Social da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração estabelecida para os administradores segue as tendências de mercado, visando atingir as estratégias de retenção, motivação e comprometimento dos profissionais, sendo que seus principais objetivos podem ser assim descritos:

- Alinhamento e competitividade da remuneração ao mercado e às regiões onde atua, garantindo os equilíbrios interno e externo da remuneração.
- Posicionamento da remuneração com o mercado, seguindo como medida estatística a mediana, com concentração na remuneração fixa para conselheiros de administração de acordo com a prática de mercado e conselheiros fiscais, de acordo com a legislação em vigor.
- Estratégicos, pela proporção maior de remuneração variável para a diretoria estatutária em relação aos conselhos, como forma de criar maior comprometimento e foco em resultados e ampliar a rentabilidade do negócio.
- Foco nos comitês estatutários de assessoramento ao conselho, cuja participação dos membros mesmo que não remunerada, requer mais tempo de dedicação.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A performance dos profissionais contribui na estratégia da Companhia em buscar melhores resultados, um crescimento econômico, levando em consideração, para tanto, os níveis praticados pelo mercado. Os principais indicadores são:

- o desempenho da Companhia a partir de metas estabelecidas no orçamento
- os indicadores de resultado da Companhia incluem as metas de receita, de volume, de geração operacional de caixa, de lucro líquido e performance econômico-financeira.
- resultado da unidade ou área do profissional, a partir de metas por Unidade de negócio, também atreladas ao desempenho entre o orçado e o realizado.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração fixa e variável é estruturada de acordo com a mediana de mercado. A progressão, evolução salarial e de carreira dos profissionais leva em consideração o nível individual de desempenho, compatíveis com o mercado onde atua. A remuneração

variável é estruturada com base no percentual de atingimento das metas estabelecidas e no acompanhamento, analisados anualmente entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é considerada um diferencial estratégico, pois tem garantido a aderência dos mesmos na forma e na medida em que correspondem a manutenção de corpo diretivo de alta competência e qualificação.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não existe atualmente remuneração ou benefício associado a eventos societários.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente de 31/12/14 – Valores Anuais (em R\$)

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7.00	4.42	5.00	16.42
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	420,000.00	3,781,000.00	419,330.00	4,620,330.00
Benefícios direto e indireto	0.00	251,925.65	0.00	251,925.65

Participação em comitês	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	84,000.00 (a empresa recolhe 20% a título de INSS)	756,200.00	83,866.00	924,066.00
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0.00	3,781,000.00	0.00	3,781,000.00
Part. de resultados	0.00	0.00	0.00	0.00
Part. em reuniões	0.00	0.00	0.00	0.00
Comissões	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	0.00	756,200.00	0.00	756,200.00
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0.00	0.00	0.00	0.00
Cessação do cargo	0.00	0.00	0.00	0.00
Baseada em ações	0.00	0.00	0.00	0.00
Observação				
Total Remuneração	504,000.00	9,326,325.65	503,196.00	10,333,521.65

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/13 – Valores Anuais
(em R\$)

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N� de Membros	7.00	4.58	5.00	16.58
Remuneração fixa anual				
Salário e pr�-labore	3,725,000.00	3,931,364.67	496,264.60	8,152,629.27
Benefícios direto e indireto	0.00	184,279.40	0.00	184,279.40
Participação em comitês	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	798,420.00	786,272.93	99,252.92	1,683,945.85
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0.00	0.00	0.00	0.00
Part. de resultados	0.00	0.00	0.00	0.00
Part. em reuniões	0.00	0.00	0.00	0.00
Comissões	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	0.00	410,400.00	0.00	410,400.00
Descrição de outras remunerações fixas		Valores referentes a remunerações contratuais		
Pós-emprego	0.00	0.00	0.00	0.00
Cessação do cargo	0.00	0.00	0.00	0.00
Baseada em ações	0.00	0.00	0.00	0.00
Observação				

Total Remuneração	4,523,420.00	5,312,317.00	595,517.52	10,431,254.52
--------------------------	--------------	--------------	------------	---------------

**Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/12 – Valores Anuais
(em R\$)**

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7.00	4.25	5.00	16.25
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	3,900,000.00	3,931,637.33	417,167.30	8,248,804.63
Benefícios direto e indireto	0.00	492,446.49	0.00	492,446.49
Participação em comitês	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	0.00	1,100,858.45	0.00	1,100,858.45
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS e 8% a título de FGTS. Preve-se recolher pelo empregador: INSS = R\$ 786.327,47 e FGTS = R\$ 314.530,99		
Remuneração variável				
Bônus	0.00	0.00	0.00	0.00
Part. de resultados	0.00	0.00	0.00	0.00
Part. em reuniões	0.00	0.00	0.00	0.00
Comissões	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	0.00	0.00	0.00	0.00
Descrição de outras remunerações fixas		Cálculo nº de membros = Jan a Mar = 4 / Abr a Jun = 3 / Jul a Dez = 5 / Média = 4,25 membros		
Pós-emprego	0.00	0.00	0.00	0.00
Cessação do cargo	0.00	0.00	0.00	0.00
Baseada em ações	0.00	0.00	0.00	0.00
Observação				
Total Remuneração	3,900,000.00	5,524,942.27	417,167.30	9,842,109.57

13.3. Remuneração variável dos últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício corrente (2014)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7	4.42	5	16
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4,537,200.00	-	4,537,200.00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4,537,200.00	-	4,537,200.00
Valor efetivamente reconhecido no resultado social	-	4,537,200.00	-	4,537,200.00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7	4.58	5	17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	410,400.00	-	410,400.00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	410,400.00	-	410,400.00
Valor efetivamente reconhecido no resultado social	-	410,400.00	-	410,400.00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7	4,25	5	16,25
Bônus				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		3.931.637,33		3.931.637,33
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		3.931.637,33		3.931.637,33
Valor efetivamente reconhecido no resultado social		0,00		0,00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2011

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7	3,58	3	13,58
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.146.160,00	-	4.146.160,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4.146.160,00	-	4.146.160,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado social	-	2.073.308,00	-	2.073.308,00

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

a) termos e condições gerais

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

b) principais objetivos do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

h) condições de aquisição de ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

k) forma de liquidação

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

l) restrições à transferência das ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Posição em 31 de dezembro de 2013:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	11.251.109	87.656	11.338.765	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	31.448	87.877	119.325	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	419.426	1.667.594	2.087.020	-

Posição em 31 de dezembro de 2012:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	10.801.184	119.550	10.920.734	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	31.448	87.877	119.325	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-

Posição em 31 de dezembro de 2011:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	10.708.984	124.950	10.833.934	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	300.724	90.983	391.707	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da Diretoria Estatutária

Não houve remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:

a) órgão:

Diretoria Estatutária

b) número de membros:

03 (três)

c) nome do plano:

Taurusprev, administrado por Itaú Vida e Previdência

d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:

01 (um)

e) condições para se aposentar antecipadamente:

Não existem tais condições

f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:

R\$ 4.686.842,83

g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa à contribuições feitas diretamente pelos administradores:

R\$ 19.948,44

h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Apenas em caso de desligamento do ocupante do cargo na Companhia.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Incluir novo quadro

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/13	31/12/12	31/12/11	31/12/13	31/12/12	31/12/11	31/12/13	31/12/12	31/12/11
Números de Membros	4.58	4.25	3.58	7	7	7	5	5	3
Valor da maior remuneração (R\$)	1,791,504.00	2,028,657.32	2,592,141.63	1,800,000.00	1,800,000.00	700,000.00	119,103.50	83,433.46	176,861.37
Valor da menor remuneração (R\$)	476,880.00	456,176.75	2,478,107.12	300,00.00	300,000.00	155,833.33	119,103.50	83,433.46	176,861.37
Valor médio da remuneração (R\$)	1,159,894.54	1,162,132.91	3,183,035.41	646,202.86	557,142.85	221,979.40	119,103.50	83,433.46	176,861.37
Total 13.2 c/ benefícios	5,312,317.00	5,524,942.27	11,395,266.75	4,523,420.00	3,900,000.00	1,553,855.77	595,517.52	417,167.30	530,584.11

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são previstos os seguintes mecanismos de indenização:

- Apólice de seguro denominada D&O – Directors and Officer;

Para a Diretoria Estatutária são previstos em contrato:

- Seguro saúde, sendo estendido de acordo com o contrato individual para os diretores com mais de 10 anos, há uma regra de manutenção;
- Alguns diretores estatutários tem assegurado uma indenização em caso de destituição, conforme previsto em contrato.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia, uma vez que desde julho de 2011, após a reestruturação societária, a Companhia, não tem a figura do

controlador, uma vez que o acionista de referência Sr. Luis Fernando Costa Estima passou a deter apenas 43,8% do capital votante, não existindo Acordo de Acionistas ou Grupo de Controle.

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não recebem remuneração além das referentes aos cargos que ocupam na Companhia.

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

O Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Luis Fernando Costa Estima, era o controlador indireto da Companhia, através da sociedade Polimetal Participações S.A. ("Polimetal"), até julho de 2011, quando ocorreu a Reestruturação Societária e a Polimetal passou a ser subsidiária integral da Companhia, com aumento de capital e diluição dos acionistas, e troca de ações preferenciais por ordinárias. Após a Reestruturação Societária, o antigo controlador passou a deter 43,8% do capital votante da Companhia, de modo que não há mais a figura do controlador indireto ou direto. A este respeito, indicamos abaixo a remuneração obtida pela Administração nos últimos três exercícios sociais:

Ano	Remuneração Diretoria Estatutária (em R\$)	Remuneração do Conselho de Administração (em R\$)
2013	-	-
2012	-	-
2011	1.997.264,00	150.000,00
2010	2.864.000,00	23.686,00

13.16. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não aplicável